



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

GESTÃO UNIVERSITÁRIA: A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Valdete Freitas Uliano

Universidade Federal de Santa Catarina

valflop@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo situa-se no campo da Gestão do Conhecimento, consistindo numa pesquisa qualitativa e descritiva, que teve como objetivo geral constatar a Função da Educação na Sociedade Atual. Para tanto, tornou-se imprescindível discorrer sobre a história da Educação, a partir das sociedades primitivas, por ser este o registro mais antigo que a história do homem já pode acessar, até as tendências educacionais mais contemporâneas, procurando relacionar essa história com a Sociedade correspondente, às épocas determinadas. A pesquisa desenvolveu-se por meio de referencial teórico, além de entrevistas a atores ligados a comunidade da região estudada. Os resultados da pesquisa apontam que, de acordo com os objetivos esperados, a Educação é a maior responsável em preparar cidadãos para atuarem na sociedade a que pertencem, pois o objetivo da nova proposta para a educação, segundo alguns autores pesquisados, é o de desenvolver a capacidade do sujeito para abordar situações complexas, analisá-la e tomar uma decisão em busca de uma solução. E ainda, considerando a crescente e rápida evolução das tecnologias de informação, a escola teria que rever sua atuação em função dessa nova realidade social e, estimular uma consciência crítica na preparação do cidadão visando assim, a transformação dessa sociedade tão excludente, em uma sociedade com Justiça Social.

Palavras-chave: Conhecimento. Educação. Função Social. Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Os fenômenos da globalização e polarização econômica desenvolvidos nas duas últimas décadas desafiaram a educação a qualificar nos dias de hoje, sua situação diante da precariedade das relações de trabalho e da rápida e crescente exclusão social. Nesse contexto, destaca-se a importância de se estudar, segundo Ponce (1996), qual a função social da Educação na contemporaneidade, levando-se em consideração a realidade da comunidade escolar e local. Cada Instituição de Educação está inserida numa determinada comunidade com sua cultura específica. Logicamente, que as Instituições, mesmo apresentando diferenças entre si, devem ter um objetivo comum, que é o de melhorar os padrões de ensino e aprendizagem além de preparar cidadãos, para atuarem num modelo de

civilização em que predomine a justiça social.

A proposta deste estudo é analisar a função da Educação nos dias atuais, e conseqüentemente observar o tipo de cidadão que as Instituições de Educação estão preparando para atuar numa sociedade globalizada, onde a informação desempenhará um papel cada vez mais estratégico. E, para tanto, esta pesquisa deve coletar dados junto a literatura especializada sobre a função social da Educação na contemporaneidade, devendo também, identificar junto a comunidade local e escolar da região da Grande Florianópolis, a importância da Instituição de Educação como instrumento de estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática social. E ainda, verificar como a Educação pode interferir no desenvolvimento do cidadão e na transformação da sociedade. Finalmente, deve identificar como o conhecimento pode fortalecer a cidadania e a autodeterminação dos povos para o futuro da humanidade.

De acordo, com os objetivos da pesquisa, as entrevistas foram aplicadas à representantes da comunidade da Grande Florianópolis, além do referencial teórico referente ao tema em questão. E, finalmente, espera-se com esta pesquisa demonstrar a importância do assunto tratado e contribuir de alguma forma, aos próximos trabalhos sobre este tema.

Os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, segundo as entrevistas realizadas, serão apresentados a seguir:

Acredita-se que a Instituição Educacional, segundo alguns entrevistados para a presente pesquisa, é um dos poucos agentes alavancadores da sociedade, mas que deve estar envolvida com os demais segmentos para poder interferir numa transformação social e interferir realmente na melhoria da qualidade de vida, visando uma diminuição acentuada dos problemas sociais, econômicos e políticos. Para tanto, a educação deveria ser prioridade neste país, uma vez que todas as vivências do cotidiano são superadas pelo conhecimento adquirido e aperfeiçoado nas Instituições Educacionais, e a formação e atuação do indivíduo na sociedade se dará em consequência desse conhecimento. A educação deve ainda, lutar contra o sistema de exclusão social que vem destruindo as bases de sustentação democrática do direito à educação que é o requisito básico para se conquistar a cidadania e, despertar a consciência do educando no sentido de atuar diante das regras de dominação presentes em nossa sociedade, pois, quando tiver clareza da sociedade que deseja, do cidadão que deseja e da Educação que deseja, com certeza estará confiante de suas capacidades, para então atuar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, uma vez que, um povo consciente é um povo sem correntes. Espera-se portanto, que a presente pesquisa possa contribuir para que as Instituições de Educação venham a se engajar na grande luta, contra uma política econômica concentradora de renda, que forma uma sociedade baseada em desigualdades, resultando no fenômeno da pobreza, produzidos por essa mesma sociedade. E, diante dos desafios do século XXI, o presente trabalho procura ainda, reconhecer as transformações da sociedade e mostrar que a função social da Instituição Educacional nos dias de hoje deve ser mais abrangente, e mostrar também, como garantir este espaço institucional, no âmbito desta sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A educação do homem primitivo

Neste tópico, faz-se uma retrospectiva histórica do processo de evolução da educação da humanidade, a partir da sociedade primitiva, onde os estudos de Costa (2010) apontam que por uma questão de sobrevivência, o homem primitivo aprende por imitação. Crianças observam seus pais e tentam repeti-los. É assim que o Australopithecus aprende a caçar, lascar a pedra e fazer abrigos. E que o Pitecantropus fica sabendo como plantar, colher, polir

a pedra e dominar o fogo.

Nessa sociedade rudimentar, onde seus membros ocupavam a mesma posição na produção, e sendo a única concepção de mundo possível, o ideal pedagógico derivava logicamente, da maneira como as crianças deveriam se ajustar, pois, os fins da educação, de acordo com Ponce (1996) numa sociedade sem classes como a comunidade primitiva, derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificando-se com os interesses comuns do grupo realizando-se de forma igualitária em todos os seus membros de maneira espontânea e integral.

A função espontânea da sociedade, como conceito de educação, conforme afirma Ponce (1996) onde as novas gerações se assemelham as mais velhas, era adequado para essa comunidade primitiva, deixando de sê-lo a partir do momento que esta comunidade foi se transformando lentamente, numa sociedade dividida em classes.

E, ainda de acordo com Ponce (1996), os interesses comuns, aos membros do grupo desapareceram e foram substituídos por interesses distintos com forte antagonismo. O processo educativo que era único sofreu uma modificação: a desigualdade econômica que tornou os homens organizadores, cada vez mais exploradores e, os homens executores, ainda mais explorados trazendo assim, a desigualdade da educação.

Sendo assim, os fins da educação já não inculcam no educando o bem comum, a não ser que esse bem comum seja necessário para manter e reforçar as classes dominantes. Para estas classes, era reservada a riqueza e o saber: já, para as outras, era reservado o trabalho e a ignorância.

Dessa transição do homem primitivo para o homem antigo, surgiu então, conforme Ponce (1996), a propriedade privada e a sociedade de classes, e para garantir essa transição surge também: uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos e ainda, a separação entre os trabalhadores e os sábios.

De acordo também, com os estudos de Ponce (1996), na transição para o homem antigo, nasce ainda o Estado, instituição essa, criada para defender a forma privada de adquirir riquezas, de legitimar e perpetuar a recente divisão de classes e ainda o direito da classe proprietária em explorar e dominar aqueles que nada possuíam. E, ainda, a educação ministrada nessa época sufocava com os mais variados recursos, qualquer rebeldia das classes dominadas.

2.2 A educação do homem antigo

Conforme os estudos da Universidade Castelo Branco (2007), a educação não é algo isolado, abstrato, mas está relacionada estreitamente com a sociedade e a cultura de cada época, as quais produzem ideais e tipos humanos que a educação trata de realizar. É necessário, portanto, relacionar a educação e as concepções sociais e culturais de cada momento histórico. A educação não nasce com o homem. E sim é adquirida no decorrer de sua vida. Ela pode, como processo social, reforçar a coesão social, atuando como força conservadora; ou, então, estimular ou libertar as possibilidades individuais de auto direção e escolha entre alternativas divergentes, em determinados momentos em que se afrouxam os meios sociais coercitivos. Entre esses dois extremos há, portanto, um meio-termo que deve ser, do ponto de vista da sociedade e do indivíduo, a meta ideal de todo processo educacional.

De acordo com Ponce (1996), no Manifesto Comunista, Marx e Engels afirmam que, a história dos homens tem mostrado uma história de lutas entre opressores e oprimidos. Pois é, na sociedade do homem antigo, que se originam as classes sociais e a partir daí, a luta consciente entre essas classes, e para garantir toda essa situação, o ideal pedagógico já não poderia ser o mesmo para todos, e as classes dominantes, procuram fazer com que a massa explorada aceite a desigualdade de educação como uma desigualdade natural, que contra a

qual, não faria nenhum sentido rebelar-se.

A partir do século VII, a. C. com o crescimento do trabalho humano, a produção da economia agrícola, já se apresentava com fins comerciais. E então o comércio, segundo Ponce (1996) foi confiado aos escravos e aos estrangeiros, mas sob o controle e o proveito das classes dominantes.

O referido autor afirma ainda, que no século VI a. C. nos arredores de Atenas, a educação militar dos jovens era ministrada no ginásio Academia, destinado aos mais patrícios e no ginásio Cinosarges, a educação militar era ministrada aos jovens de situação um pouco inferior. A classe dominante reforçava nos jovens a consciência da sua própria classe, por meio das representações no teatro, das conversas nos banquetes e nas discussões na Ágora, a universidade grega. Naquela época, Aristóteles já afirmava que os trabalhadores eram quase todos os escravos, e os direitos cívicos eram reservados aos homens que não necessitavam de trabalhar para viver.

Os estudos de Ponce (1996) mostram que a Constituição assegurava aos ricos a superioridade política e estes, usufruíam desse poder para satisfazer o seu orgulho e a sua ambição.

O ideal da educação grega segundo Ponce (1996) era formar o homem das classes dirigentes. O ateniense nobre sentiu a necessidade de uma nova instituição para os seus filhos, ou seja, uma escola que ensinasse a ler e a escrever. A escola elementar, fundada nos anos 600 a. C. segundo se crê, vinha desempenhando uma função não mais satisfatória como a tradição oral e a simples imitação dos adultos. Acredita-se que, os metecos e rapsodistas, já ensinavam em poucas escolas, os interessados a fixar em símbolos os negócios e os cantos, mas foi a partir dos anos 600 a. C. é que as letras se incorporaram à educação dos nobres. Afirmava-se que em Atenas, anterior a Péricles, o Estado não intervinha na indicação de professores e, nem nas matérias ensinadas, portanto, a educação era livre, mas essa liberdade de ensino não implicava na liberdade de doutrina.

Ao professor, de acordo com Ponce (1996), não era permitido moldar os seus alunos com suas próprias concepções; era obrigado a formar futuros governantes e, inculcar neles o amor à pátria, as instituições e aos deuses. E ainda, por meio de decreto, a classe dirigente exigia que o povo denunciasse todas as pessoas que estivessem ensinando teorias heterodoxas. Essa perseguição além de atingir as pessoas, visava também os livros. O Estado sentiu então, a necessidade de controlar o ensino nas escolas, para que as crianças não fossem contagiadas por ideias subversivas. E, não se passaram muitos anos para que surgissem os primeiros programas oficiais.

A justiça dessa época, conforme afirma Ponce (1996), atuava de acordo com cada classe social, desde que cada qual realizasse sua própria função, não ameaçando assim o equilíbrio geral. Cada classe então deveria agir conforme o estilo que lhe era próprio, ou seja: os filósofos deveriam pensar, os guerreiros deveriam lutar e, os trabalhadores deveriam trabalhar para os filósofos e os guerreiros.

Afirma ainda o referido autor que, o ensino sob a responsabilidade do Estado surgiu no ano 362, pela necessidade que a classe dominante sentiu em preparar funcionários públicos. E, as escolas públicas primárias foram criadas pelos comerciantes e industriais. Também as escolas públicas superiores foram uma exigência dessa classe, para assegurar melhor a direção política dos seus negócios. Já, no ano 287 a. C. os plebeus alcançaram a igualdade política, após suas incessantes reivindicações. Patrícios e plebeus assumiram nessa época a direção política.

No ano de 92 a. C., conforme Ponce (1996) surgiram dois censores que ordenaram o fechamento das novas escolas, eram Aenobarbus e Crassus. Porém, algum tempo depois, foram reabertas com muito mais força e triunfo.

E, foi Nero, segundo Ponce (1996), quem liberou os professores de gramática,

retórica e filosofia das obrigações públicas, as quais, nem os nobres podiam escapar, comprovando assim o estímulo que a classe dominante dava ao ensino superior quando reconheceu que esse ensino era uma arma vital para o seu próprio poder.

2.3 A educação do homem feudal – (Roma -idade média)

A história das hierarquias mostra que no mundo antigo, os senhores eram sustentados pelos escravos, já no mundo feudal os senhores passam a ser sustentados pelos servos. Segundo Magalhães (2010), A partir do desenvolvimento urbano e da consolidação das universidades, no século XIII, verifica-se a produção de uma literatura culta com vistas ao dialogo academico e, sobretudo, sob a forma de um projeto educacional para a sociedade cristã. Nesse contexto, assumiram papel de destaque as Ordens Mendicantes, responsáveis pela evangelização. Entre os Franciscanos, fundamentais para o estabelecimento de um amplo conjunto de recursos pedagógicos junto as massas iletradas (mas também por sua atuação no interior da Universidade), assume destaque Boaventura de Bagnoregio, que dará origem a uma importante tradição pedagógica cristocentrica. Essa "antropologia cristológica", herdada da Patristica, será uma das principais fontes de inspiração do modelo social de Ubertino de Casale, no século XIV.

As origens da nova classe social que se iniciou na Idade Média são imprecisas, mas sabe-se que essa classe apareceu no momento de uma grande transformação econômica que abalou as bases do feudalismo, pois segundo Ponce (1966) toda essa transformação na economia e nas relações entre as classes repercutiu também na educação. Nas escolas externas para os leigos, e internas, para o clero, o que menos importava era a instrução. O canto coral era o mais importante nessas escolas.

Já com a expansão do comércio, a burguesia sentiu a necessidade de uma atmosfera mais intelectual e adequada para as escolas foi então que a partir do século XV, afirma Ponce (1996), o plano intelectual representado pela chamada escolástica, representou um compromisso entre o feudalismo em decadência que pregava a fé como virtude dominante para garantir a submissão das massas e a mentalidade da burguesia em ascensão com o realismo e a experiência.

2.4 A educação do homem burguês - (do renascimento até o século XVIII)

Para Ponce (1996), o Renascimento se comprometeu em formar homens de negócios, que fossem cultos e diplomatas hábeis.

Sobre as ruínas do feudalismo, surge a burguesia, sua antiga aliada, num ritmo crescente de ambição e ousadia, e como mostram os estudos de Ponce (1996), o interesse pela vida dos negócios, pela investigação e pela razão, o interesse em assimilar ensinamentos ao invés, de recebê-los, fazem um sentido inovador quando comparados com as tradições do ensino feudal. Para as massas, a cultura intelectual era indicada pela burguesia desde que, não apresentasse nenhum risco à emancipação intelectual. Para tanto, os conhecimentos históricos e científicos eram excluídos, a não ser que a história fosse apresentada de forma irreconhecível e, a ciência de forma bastante superficial.

O referido autor mostra ainda que, nas escolas populares de Demia, a educação jesuíta usava os recursos pedagógicos como instrumentos de domínio, orientando os trabalhadores para a mansidão. A instrução constituía uma fonte de riqueza e de poder para a burguesia, para tanto, não poderiam ser estendidos todos esses benefícios, às massas populares.

O artigo de Rodriguez (2010) discute as contribuições de Condorcet (1743-1794) sobre a educação publica. Esse intelectual participou da Revolução Francesa e colaborou para estabelecer as bases doutrinarias do sistema educativo burguês e definir o projeto educativo

liberal republicano, baseado nos postulados teóricos e ideológicos da Ilustração e dos filósofos iluministas que influenciaram o pensamento pedagógico contemporâneo, e sobre a necessidade da Instrução Pública (1793), alicerçada no princípio da autonomia e independência absoluta de qualquer influência, seja religiosa ou do poder político onde se propõe que todos os cidadãos tenham acesso a uma instrução gratuita em todos os níveis, com o intuito de se oferecer formação física, intelectual e moral para ambos os sexos.

Segundo Ricardo (2010), algumas obras de François Quesnay à luz da economia do século XVIII e do contexto sociopolítico traçado pelo Estado da França, as medidas ou práticas econômicas e políticas públicas que ele propôs em suas obras, afetaram a educação. Destaca-se, assim, o papel que ele atribuiu à educação, para a formação do pensamento, uma vez que era um fisiocrata, pois defendia a agricultura como fonte de riquezas da nação, e se posicionava contrário ao mercantilismo, o desenvolvimento da indústria e do comércio exterior.

A finalidade da educação no ano de 1774, de acordo com Ponce (1996) consistia em formar cidadãos do mundo, e em prepará-los para uma existência útil e feliz. E, a educação pública exigia que todos os indivíduos participassem dela, mas de acordo com as circunstâncias impostas e com o destino de cada um.

Na origem da escola burguesa como gratuita e popular, segundo Ponce (1996), os próprios fundadores reconheciam que não era uma escola destinada às massas, pois Pestalozzi, nessa época defendia uma educação de caráter manso, onde os pobres eram educados para aceitarem mansamente a sua pobreza.

2.5 Da revolução francesa ao século XIX

Uma vez, que a burguesia havia triunfado, era urgente impedir a ascensão das massas, garantindo a sua ignorância mediante a religião, mas afirma Ponce (1996), a burguesia não podia recusar instrução ao povo, pois a indústria só poderia ser dirigida por pessoas mais esclarecidas, e não com um saber miserável de um servo ou de um escravo.

Para tanto, o capitalismo requeria operários altamente especializados e de uma cultura excepcional. Começaram então a surgir, as escolas politécnicas, frutos da iniciativa privada. Mas a educação técnica destinada à classe trabalhadora estava sendo considerada prejudicial e perigosa, pois a estava tornando demasiadamente independente.

A burguesia se depara então, de acordo com Ponce (1996), com as contradições bastante distintas no plano pedagógico: primeiro, a necessidade de instruir as massas para se adaptarem ao nível das técnicas da nova produção e, em segundo lugar, o temor que essa instrução tornasse essa massa menos assustada e menos humilde.

Assim, como uma espécie de imperialismo ou hegemonia cultural, as contradições educativas têm sua origem então, num poder que domina todos os povos, ou seja, a instrução dos dominantes para o dizer intelectual e dos dominados para o fazer produtivo, a preparação de cada um para competências distintas.

Já, os estudos de França (2011) mostram que nos primeiros anos da década de 90, a formação e a capacitação docente não ocuparam um lugar de destaque nas políticas do Banco Mundial, visto que as orientações para as reformas, a partir da Conferência de Jomtien foram muito mais técnicas (Tailândia, em 1990, denominada Conferência Mundial sobre Educação para Todos). Em termos, era visada a garantia de educação fundamental para todas as pessoas, de maneira que houvesse o desenvolvimento dos países e a diminuição da pobreza. Desta forma, tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO deram lugar de destaque à formação docente inicial e continuada, tendo-a como estratégia primordial para o sucesso da reforma escolar, ainda que sem perder de vista a educação em geral. Desta forma, as reformas educacionais surgem com o uso de expressões e conceitos como: treinamento de habilidades,

desenvolvimentos de competências, educação ao longo da vida, voluntariado, parcerias entre o público e o privado. Enfim, foram empregadas expressões, que efetivamente norteiam a educação ainda nos dias atuais.

2.6 A nova educação - (do século XIX ao século XX)

É no século XIX que se registra o aparecimento de uma nova educação, que se apresenta com graves contradições no terreno pedagógico, pois a burguesia liberal, conforme Ponce (1996), dessa época tentou arrebatar da Igreja, a conquistada hegemonia no terreno pedagógico, com graves contradições, pois ao mesmo tempo, que a burguesia era inimiga da Igreja, sempre disposta, a apropriar-se dos melhores bocados, necessitava dela, na medida em que via na Igreja uma grande aliada com um poderoso instrumento, o de fazer com que as massas operárias se deixassem tosquiar sem protestos.

Na escola tradicional, afirma Ponce (1996), o objetivo era o de difundir a instrução, transmitindo os conhecimentos acumulados pela humanidade e organizados logicamente.

Sendo a Escola Tradicional considerada como inadequada, aparece outra escola democrática: “A Pedagogia Nova” que de acordo com os estudos de Saviane (1986) mostram que nessa nova pedagogia, a marginalidade deixava de ser vista sob o ângulo da ignorância, ou seja, o não domínio do conhecimento, pois o marginalizado não seria o ignorante, mas o rejeitado. A marginalidade foi considerada como um desajustamento associado ao sentimento de rejeição. A função social da escola era o de ajustar o indivíduo à sociedade inculcando o sentimento de aceitação, a serviço do espírito.

O cenário da globalização econômica, conforme os estudos de Grasciani (1992) apontam para uma evolução no número de excluídos, pois os cenários desta globalização, que representam a pós-modernidade, vem produzindo a riqueza extrema, a tecnologia avançada, à planetarização da cultura, das comunicações e da economia, e produzindo por outro lado a miséria extrema.

Para Ponce (1996), a evolução histórica como resultado das lutas de classe, tem mostrado que a educação é um processo onde as classes dominantes preparam a mentalidade e a conduta das crianças para satisfazer os seus próprios interesses. Mostra também, que as reformas pedagógicas fundamentais, só aconteceram após o triunfo de uma classe revolucionária que reclamou por essas reformas, mesmo assim, os teóricos da nova educação, acreditam que a educação é de caráter social, a pedagogia então é a ciência de transformar sociedades.

Para tanto, torna-se necessário libertar o homem da alienação em que se encontra, promovendo o acesso ao saber universal. E de acordo com a Câmara dos Deputados (2013), esse direito já está assegurado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualizada em 8/5/2013, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando diz no seu artigo 3º que, o ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e ainda, garante no seu artigo 4º que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

O professor, segundo Manacorda (1997) deve refletir a cada dia sobre sua prática em sala de aula, com o objetivo de acompanhar e atuar nas constantes mudanças dos mais diversos setores da sociedade, pois se o fato educativo é um fato político e social, então toda a situação política e social determina sensivelmente a educação, sendo assim, nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social.

Para tanto, segundo Boneti (1997), é preciso, discutir e rever o papel da escola, os níveis de ensino, o currículo, os conteúdos nas séries, a avaliação dos alunos, a política salarial dos professores, analisando-os, relacionando-os e adequando-os a todas as transformações sociais que acontecem rápida e diariamente, ou seja, a escola, enquanto uma instituição deve atuar

visando a modificação dessa estrutura social e não confirmar nem sustentar essa estrutura, e o professor tem o compromisso de esclarecer os conteúdos alienantes, pois o processo educacional atua no pensamento, na aprendizagem e na relação, sendo estes inteiramente ligados à interesses e preconceitos que devem ser interpretados e modificados para uma transformação social.

E, uma vez que, conforme Dottrens (1976), “a criança só aprende bem quando compreende, e só compreende bem quando age”, a opinião de Nidelcoff (1981) é apropriada, quando diz que o professor deve:

Ajudar os alunos a olharem a realidade com lucidez e espírito crítico, e se posicionar criticamente, diante da informação; ajudá-los a descobrirem e assumirem seu compromisso diante da realidade, devendo atuar no sentido de modificar a realidade tão opressora, ajudando-os a se libertarem dos preconceitos, temores, ignorância, egoísmo, pressão, hábito de aceitar opressão e miséria, ajudá-los a aprenderem a se organizar, mostrando a eles a capacidade que tem quando se unem e se organizam para garantir direitos iguais a todos os cidadãos.

2.7 A educação do século XXI

Segundo Garcia (2000), a pedagogia neoliberal é baseada nos valores do mercado, ou seja, individualismo, competição, consumismo, e autoritarismo, se apresentando como única alternativa, ao passo que, a pedagogia emancipatória é caracterizada pelos valores de solidariedade entre os despossuídos e inconformados com o propósito de mudar o mundo. Essa pedagogia emancipatória seria então, a proposta de uma nova educação, apresentada pelos movimentos sociais que tem uma reflexão sobre os limites e possibilidades de suas ações políticas e pedagógicas.

Deve-se criar então, de acordo com Gentil (1995), novas condições culturais onde essas propostas se materializem, especificamente para os excluídos, que são a grande maioria. A história dos homens, tem mostrado a grande luta por uma educação libertadora. Esta luta está declarada até nossos dias entre os homens que detém o poder da palavra e os homens que praticam as ações, ou seja, praticam o fazer generalizado em nossa sociedade.

O homem vive em busca de solução para todas as suas necessidades e prazer, em consequência disso, torna-se o agente transformador da natureza e da sociedade.

Segundo Brandão (2011), “{...} A peça chave fundamental da função social da escola é garantir a possibilidade do sujeito tornar-se livre, consciente, responsável a fim de realizar sua função enquanto cidadão, mas isso não é só trabalho da escola, as demais esferas sociais também devem contribuir para essa liberdade, proporcionando ao sujeito o direito de procurar, investigar, questionar, refletir, buscando soluções para os problemas do cotidiano enquanto ser social.” Para tanto, é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seus pontos de vistas.

E, Torres (2000), defende que, a função social da escola, é ajudar a formar gerentes de informação e não meros acumuladores de dados. Pois, acumular informações é tarefa do computador {...} e, a função do sujeito é muito mais, no sentido de ser o gerente desses dados. Quais seriam as funções do gerente? A ele cabe detectar uma situação-problema, analisá-la e tomar uma decisão em busca de uma solução, pois o objetivo da nova proposta para o ensino é desenvolver a capacidade do sujeito para abordar situações complexas.

Os estudos de Costa (2002) mostram que é preciso combater o conceito de cidadania burguesa e lutar por uma cidadania socialista, este deve ser o desafio de toda prática

educativa.

Segundo Fiorentini (2002), o homem sai do século da produção e adentra para o século do conhecimento, onde se exige uma revisão de posicionamentos e uma abertura dos espaços educacionais, agregando assim um número maior de pessoas para que o contingente humano participe da sociedade da informação.

E ainda, os estudos de Gentil (1995) mostram que se deve criar também, novas condições culturais onde essas propostas se materializem, especificamente para os excluídos, que representam a grande maioria.

Segundo Viana (1997), a escola deve estar alerta no sentido de minimizar o memorizar simplesmente, privilegiando o pensar e a possibilidade de solucionar problemas.

E, para Aguiar (2002) baseada nessa sociabilidade geradora de liberdade solidária, é que a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), onde foi apresentada a Agenda 21, estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século XXI (Rio+10), expressando o desejo das Nações em mudar o atual modelo de civilização, para um modelo onde predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social, objetivando assim, um caminho ao desenvolvimento sustentável.

Toda vez, conforme Ponce (1996), que um regime social se depara com a possibilidade de uma derrocada, aparece como sintonia infalível, à necessidade de uma valorização extrema à natureza. Na decadência do mundo antigo, os estoicos proclamam uma vida mais simples; na decadência do feudalismo, os renascentistas impuseram um paganismo à carne e à beleza; e, quando a monarquia, que ascendeu sobre as ruínas do feudalismo, sentiu que sua antiga aliada, a burguesia, estava crescendo em ambição e ousadia, aparece Rousseau, e proclama com entusiasmo o Evangelho da Natureza.

De acordo com estas afirmações de Ponce, pressupõe-se que a Conferência das Nações Unidas, para o século XXI, está realmente prevendo uma mudança no modelo de civilização a partir do referido século.

2.8 A educação superior

De acordo com a Câmara dos Deputados (2013), a Nova LDB atualizada em 2013, e entrando em vigor em 2014, mostra que, segundo o art. 43, a educação superior tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das

conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

E ainda, segundo Araujo (2012), a Universidade, além de produzir conhecimento, capacita pessoas para exercerem diversas profissões, sendo também, um local de qualificação de mão de obra.

Portanto, o profissional da educação básica, que vai trabalhar na formação de cidadãos, é preparado pela Universidade.

E, Araujo (2012) diz que, não se forma para pensar, questionar ou refletir, mas tão somente para reproduzir o que os mestres propagam {...}. O autor diz ainda que, a Universidade produz também, em menor escala, um conhecimento novo, crítico {...} que se contrapõe ao modelo posto, buscando alternativas populares de emancipação social. Percebe-se então que é possível, e preciso repensar o modelo universitário brasileiro para que esse conhecimento crítico seja produzido em maior escala.

E, de acordo com o Planalto (2007), o DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007 criou o REUNI.

O REUNI, segundo o portal do MEC garante a expansão e reestruturação do ensino superior que conta com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Segundo a UFSCar (2012), para atingir as metas estabelecidas pelas Diretrizes do REUNI, a Educação Superior deve apresentar:

- . Redução das taxas de evasão;
- . Ocupação das vagas ociosas;
- . Aumento do número de vagas ofertadas, principalmente no turno da noite;

Em relação a expansão do ensino superior, segundo Hipólito (2012), no artigo: Educação a distância: uma nova realidade, ele diz que: em 2001, apenas 5.359 estudantes estavam matriculados na modalidade de cursos a distância. Uma década depois, esse número aumentou 170 vezes, chegando a 930.179 estudantes. É senso comum que não se constrói uma nação sem educação de qualidade. E o Brasil está no caminho certo ao universalizar a educação. E, para garantir Educação para todos segundo o autor, um dos grandes desafios da educação brasileira, neste momento, está na expansão do ensino superior. É neste sentido que a EAD pode dar uma importante contribuição, ampliando o potencial de acesso dos brasileiros à universidade, especialmente em estados e municípios com maior dificuldade de mobilidade para os estudantes.

E de acordo com os estudos de Alves (2011), a crescente demanda por educação, devido à expansão populacional e sobretudo às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido, concomitantemente com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade. Nesse contexto, a Educação a Distância (EAD) torna-se um instrumento fundamental de promoção de oportunidades.

E ainda, de acordo com o referido autor, pode-se constatar que a EAD vem garantir o acesso e a permanência na Educação Superior, como prevê o REUNI.

Segundo França (2011), embora haja opiniões divergentes entre os pesquisadores sobre a EAD, é imprescindível que ela seja pensada na perspectiva de que a EAD é, acima de tudo, Educação. Assim, deve-se refletir sobre tal temática na perspectiva compreensiva de uma modalidade de educação em que se utiliza como seu principal dispositivo pedagógico, as tecnologias. A EAD encontra um grande desafio: sua expansão não pode ser tida como sinônimo de massificação do ensino, com o propósito de formar trabalhadores para o processo de produção e para o consumo. Faz-se emergente pensar a EAD enquanto formação social, que deva ter como finalidade maior, o fomento à emancipação de sujeitos históricos,

possibilitando a sua atuação na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e menos excludente.

3 METODOLOGIA

O presente artigo abrange uma revisão de literatura específica em relação ao tema abordado, e, este item está contemplado com as formas e procedimentos referentes à metodologia utilizada para a realização do presente estudo caracterizada pelo enfoque qualitativo de análise, para responder as seguintes perguntas de pesquisa:

1. A educação pode interferir no desenvolvimento do ser humano e na transformação da sociedade?
2. De que maneira, a Instituição Educacional pode cumprir com a sua função social na contemporaneidade?
3. Como a Instituição Educacional pode contribuir, para que os educandos aumentem a capacidade de discernir e recusar as regras da dominação e fortalecer o poder de decidir?
4. Como conscientizar os educadores, para preparar os cidadãos para uma sociedade mais igualitária?
5. Como a Instituição Educacional pode fortalecer a cidadania e a autodeterminação dos povos para o futuro da humanidade?

3.1 Tipo e sujeitos da pesquisa

Este estudo se caracteriza pela análise descritiva, privilegiando a abordagem qualitativa, e a população alvo desta pesquisa que foi composta por representantes da comunidade escolar a APP – Associação de Pais e Professores e ainda por representantes da Secretaria da Educação da Região e finalmente por representantes da comunidade local, definida por lideranças políticas, religiosas e representantes do conselho tutelar por meio de entrevistas na Região da Grande Florianópolis.

O presente estudo é descritivo uma vez que visa descrever percepções, expectativas e sugestões dos diferentes atores ligados direta ou indiretamente as instituições educacionais.

Segundo Vergara (1998), a pesquisa descritiva apresenta características de determinada população ou de determinado fenômeno.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, para a realização desta pesquisa que segundo Richardson (1985), é uma maneira que permite entender a natureza de um fenômeno social, tendo como objeto análises de situações complexas que visam estudar em maior profundidade a realidade através dos sujeitos envolvidos no processo.

Este estudo abrange a região da Grande Florianópolis. A escolha desta região para a pesquisadora dá-se ao fato de, a Instituição Educacional na qual exercia sua função na época, pertencer a esta região.

Constituíram-se como responsáveis pelas informações prestadas a esta pesquisa por meio das entrevistas; representantes da Secretaria da Educação da Região, representação da Secretaria, representação da ação comunitária e representação do setor pedagógico. No caso da APP- Associação de Pais e Professores, por representação dos professores, representação dos alunos e representação dos pais. E, ainda, por representação do conselho tutelar e liderança religiosa da região. E, finalmente, constituíram-se como responsáveis pela orientação na atualização deste artigo, representantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

3.2 Coleta e análise de dados

Neste estudo foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos do estudo.

Os dados secundários foram obtidos por meio da literatura correspondente.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Mediante o que foi discutido na fundamentação teórica, no decorrer desta pesquisa, a história da Educação tem mostrado que: a Educação do Homem Primitivo, segundo Costa (2010), se caracteriza pelo processo da imitação, para garantir a sobrevivência. E, a Educação do Homem Antigo, de acordo ainda com os estudos de Ponce (1996), se caracteriza, no decorrer do período em que se originam as classes sociais, onde as classes dominantes procuram fazer com que a massa explorada aceite a desigualdade de educação como uma desigualdade natural, e foi ainda, neste período, que as letras se incorporaram à educação dos nobres.

Na Educação do Homem Feudal, da Idade Média, foi possível constatar segundo Ponce (1996), que nas escolas externas para os leigos, e internas, para o clero, o que menos importava era a instrução, e o plano intelectual pregava a fé como virtude dominante para garantir a submissão das massas.

Já, na Educação do Homem Burgues, no Renascimento, a cultura intelectual, conforme mostram os estudos de Ponce (1996) era indicada pela burguesia desde que, não apresentasse nenhum risco à emancipação intelectual. Ainda, o sistema educativo burguês é o que defini o projeto educativo onde se propõe que todos os cidadãos tenham acesso a uma instrução gratuita.

Segundo França (2011), a Educação do Homem a partir do século XIX, evidencia que o Banco Mundial quanto a Unesco deram lugar de destaque as reformas educacionais que surgem com o uso de expressões e conceitos como: treinamento de habilidades, desenvolvimentos de competências, educação ao longo da vida, voluntariado, parcerias entre o público e o privado. Enfim, foram empregadas expressões, que efetivamente norteiam a educação ainda nos dias atuais.

A Educação do Homem do século XIX ao século XX, segundo Saviane (1986), mostra que a função social da escola era o de ajustar o indivíduo à sociedade inculcando o sentimento de aceitação, a serviço do espírito.

E foi ainda, no decorrer deste período que foi criada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que vem garantir o acesso e a permanência na escola e o ensino fundamental é obrigatório e gratuito a todos.

A Educação do Homem no século XXI mostra, segundo Fiorentini (2002), que o homem sai do século da produção e adentra para o século do conhecimento, onde se exige uma revisão de posicionamentos e uma abertura dos espaços educacionais, agregando assim um número maior de pessoas para que o contingente humano participe da sociedade da informação.

Para tanto, os estudos de Gentil (1995) mostram que se deve criar também, novas condições culturais onde essas propostas se materializem, especificamente para os excluídos, que representam a grande maioria.

E ainda, segundo Viana (1997), a escola deve estar alerta no sentido de minimizar o memorizar simplesmente, privilegiando o pensar e a possibilidade de solucionar problemas.

E para isto, segundo Aguiar (2002) é que a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), onde foi apresentada a Agenda 21, estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século XXI (Rio+10),

expressando o desejo das Nações em mudar o atual modelo de civilização, para um modelo onde predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social, objetivando assim, um caminho ao desenvolvimento sustentável.

Já, a Educação Superior de acordo com a Câmara dos Deputados (2013), mostra que a Nova LDB atualizada em 2013, e em vigor em 2014, segundo o art. 43, tem por finalidade:

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

E, os estudos de Araujo (2012), vêm afirmar que, não se forma cidadãos para pensar, questionar ou refletir, mas tão somente para reproduzir o que os mestres propagam. O autor diz ainda que, a Universidade produz também, em menor escala, um conhecimento novo, crítico, que se contrapõe ao modelo posto, buscando alternativas populares de emancipação social.

Em relação, a expansão do Ensino Superior, de acordo com o Planalto (2007), o DECRETO Nº 6.096, de 24 DE ABRIL DE 2007 criou o REUNI.

O REUNI, segundo o portal do MEC garante a expansão e reestruturação do ensino superior que conta com o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Em relação a expansão do ensino superior, segundo Hipólito (2012), no artigo: Educação a distância: uma nova realidade.

E, segundo França (2011), a EAD encontra um grande desafio: sua expansão não pode ser tida como sinônimo de massificação do ensino, com o propósito de formar trabalhadores para o processo de produção e para o consumo. Faz-se emergente pensar a EAD enquanto formação social, que deva ter como finalidade maior, o fomento à emancipação de sujeitos históricos, possibilitando a sua atuação na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e menos excludente.

A Instituição Educacional é ainda, segundo alguns entrevistados, um espaço social onde pode ser discutido e iniciado o processo de todas as mudanças sociais, políticas e econômicas, uma vez que, os resultados desta pesquisa indicam que a Educação ainda é o melhor instrumento para interferir na formação do ser humano preparando os cidadãos para a transformação da sociedade, tornando-a mais justa e igualitária.

5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Resgatando os objetivos do trabalho, pode-se constatar que, segundo Ponce (1996), a educação é um processo por meio do qual as classes dominantes preparam a mentalidade e a conduta das crianças para garantir a sua própria existência, e que, as reformas pedagógicas fundamentais só ocorreram a partir do triunfo de uma nova classe social. E, para enfrentar as questões já evidenciadas, na sociedade em geral, a Instituição Educacional tem que acreditar no seu potencial de influência na transformação dessa sociedade excludente para uma sociedade mais justa e igualitária.

Os estudos do referido autor mostram ainda que se a Instituição Educacional atuar com educadores que sejam meros reprodutores dos currículos defendidos pela classe dominante, com certeza esse caminho pode garantir que a desigualdade social se perpetue no decorrer dos séculos.

Já, para alguns entrevistados, o educador é o maior responsável na luta pelas igualdades sociais, mas para tanto, a educação deveria ser prioridade de todos os governos. Sendo assim, a educação não pode continuar, como um mero instrumento das tramas sociais, reforçando as posições de privilégios e desigualdades, propósitos esses, assumidos dentro de uma sociedade excludente.

De acordo com a entrevista e questionários aplicados, além do referencial teórico acessado, a Instituição Educacional deve contribuir de alguma forma com a transformação da sociedade, mesmo sabendo-se, que ela em curto prazo, não tem poder para mudar as atuais condições de injustiça, mas é um espaço social onde pode ser discutido e iniciado o processo de todas as mudanças sociais, políticas e econômicas futuras. Para tanto, o conhecimento construído coletivamente, deve ser discutido no sentido de propiciar uma visão totalizadora e completa da realidade social, onde os atores se inserem. Mediante o exposto, a escola deve proporcionar aos estudantes a possibilidade de produzir novas respostas, para as situações inesperadas, que serão enfrentadas no decorrer de suas vidas.

Deve-se criar também, conforme Gentil (1995), novas condições culturais onde essas propostas se materializem, especificamente para os excluídos, que representam a grande maioria.

E, para complementar o artigo VI da LDB, pode-se constatar que segundo Araujo (2012), o processo de educação deve ser uma construção coletiva que envolva as pessoas na resolução de problemas e questionamentos do cotidiano, despertando nos oprimidos a necessidade de romper com as estruturas injustas e construir uma ordem onde haja lugar para eles, como sujeitos e protagonistas.

E ainda, de acordo com Augustin (sem data), as questões relevantes que devem ser objeto de discussão no momento atual são: Como incorporar os avanços tecnológicos na prática pedagógica, dentro de uma perspectiva de análise crítica sobre seus efeitos na sociedade? Como interagir com o setor produtivo sem se submeter às suas normas? Como assegurar a liberdade de pensamento intrínseco à natureza da Universidade, de modo a não comprometer nosso compromisso com o futuro?

Pode-se observar ainda que, conforme Ponce (1996), toda vez que um regime social se depara com a possibilidade de uma derrocada, aparece como sintonia infalível, a necessidade de uma valorização extrema à natureza.

E, de acordo com estas afirmações, pressupõe-se que a Conferência das Nações Unidas, para o século XXI, está realmente prevendo uma mudança no modelo de civilização a partir do referido século.

Diante desta preocupação tão presente nos dias de hoje, um tema bastante pertinente para uma Universidade voltada à realidade das questões sociais seria: Como a Educação Superior se articula, em função do planejamento estratégico, ao novo modelo de Sociedade que se aproxima?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Regina Z. **Conhecimentos específicos. Apostila do Concurso Público IBAMA.** S.P. Ed. Lógica. 2002.

ALVES, Lucinéia. **Educação a Distância: Conceitos e História no Brasil e no Mundo.** Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf>. Acesso em: 22/09/14.

ARAÚJO, Alexandre Garcia • **Ensaio sobre a universidade e sua função social** · p. 38-47 - Direito. Universidade Estadual do Sudoeste do Bahia (UESB) - *Filosofando: Revista de Filosofia da UESB* ano 1 · número 1 · julho-dezembro de 2012 · ISSN: 2317-3785. Disponível em: < periodicos.uesb.br/index.php/filosofando/article/download/2802/2486 >. Acesso em 27/08/14.

AUGUSTIN, Cristina Helena R. **Flexibilização Curricular**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/docs/flexibilizacaoCurricular> (sem data)>. Acesso em: 30/08/14.

BONETI, Lindomar W. (coord.) **Educação, exclusão e cidadania**. Ijuí: ed. Unijuí, 1997.

BRANDÃO, Juliano. **Função Social da Escola nos Dias Atuais** – 2011. Disponível em:<<http://profinglesmcz.blogspot.com.br/2011/12/funcao-social-da-escola-nos-dias-tuais.html> >. Acesso em: 25/08/14.

CAMARA dos DEPUTADOS. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2013. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/LDB>, acesso em:30/08/14.

COSTA, Junior. Eterno **Aprendizado: a Educacao transmite e tambem absorve**. (sem data). Disponível em: < <http://link.periodicos.capes.gov.br/ez46.periodicos.capes.gov.br> >. Acesso em 17/09/14.

COSTA, Ramiro M. Schmitz, Sérgio e Anderle, Fernando. **Função social da escola**. Florianópolis, S.C.: UDESC: FAED: CEAD, 2002. (Caderno Pedagógico; 1).

DOTTRENS, Robert. **A crise da educação e seus remédios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

FIORENTINI, Leda M. R. (Coord.) **TV na escola e os desafios de hoje**: Projeto de Curso de Extensão para Professores do Ensino Fundamental da Rede Pública Uni Rede e Seed/MEC. - Brasília: Editora Universidade de Brasília UNB, 2000. 3v :il. Conteúdo: v.1 Tecnologias e Educação: desafios e a TV escola.

FRANÇA, Lucinei R C. **A Educação à Distância no Contexto Estrutural do Capitalismo**. Disponível em: <<http://www.rtve.org.br/seminario/4SeminarioAnais/PDF/GT2B/gt2b-.pdf>>. Acesso em: 20/09/14.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

GARCIA, Regina L. (org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. 108p.

GENTIL, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Michael W. Apple. (et al). - Petrópolis, R.J: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

GRACIANI, M. Stela S. **Pedagogia Social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. Prefácio Moacir Gadotti. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1992.

HIPÓLITO, Oscar (diretor-geral acadêmico da Laureate Brasil).**Educação à Distância**.31 Maio 2012. 19:38h Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,educacao-a-distancia-uma-nova-realidade,880620>>. Acesso em: 30/08/14.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. **Fundamentos para a educação na ordem franciscana: o projeto de Societas Christiana de Ubertino de Casale.**(Report)

Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez46.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 19/09/14.

MANACORDA, Mario A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias** – tradução de Caetano Lo Monaco; revisão de tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 6ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>>. Acesso em: 30/08/14.

NILDECOFF, M. Tereza. **Uma Escola para o Povo**. 9ª ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Manfredo. **Ética e Práxis Histórica**. São Paulo: Ática. 1995.

PLANALTO PRESIDENCIA da REPUBLICA. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-" REUNI/ >. Acesso em: 30/08/14.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes** – tradução de José Severo de Camargo Pereira – 15. ed. - São Paulo: Cortez, 1996. 196p.

RICARDO, Laurice F. G., OLIVEIRA, Terezinha. **História da educação no século XVIII: Educação e Fisiocracia**. Ano 2010. Disponível em: < www-periodicos-capes-gov-br>. Acesso em 19/09/14.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **A Origem da Escola Moderna: o Legado de Condorcet**. (2010)

Disponível em: < <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez46.periodicos.capes.gov.br>> . Acesso em 19/09/14.

ROSAS, Filipe Medeiros, (Geólogo, Professor Universitário) no Artigo: **A “Fxcelência” e a Função Social da Universidade**. 18 de Maio, 2012 Disponível em: <<http://lisboa.bloco.org/investigacao-e-ensino-superior/%E2%80%9Cexcelencia%E2%80%9D-e-funcao-social-da-universidade/591>>. Acesso em: 30/08/2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre Educação e Política**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Luiz Eron. **Reestruturação Curricular: Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais**. - Porto Alegre: Sulina, 1996.

TORRES, Sueli. **Uma Função Social da Escola** Disponível em: <http://www.fundacaoromi.org.br/fundacao/nei/projetos.php?p=enc_educ&id_sub=14" id sub=14 >. Acesso em: 25/08/2014.

UFSCar (UNIVERSIDADE FEDERAL de SÃO CARLOS). **Gestão Reuni**, SP. 2012.
Disponível em: <<http://www.reuni.ufscar.br/equipe>>. Acesso em 30/08/2014.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO - UCB. **História da Educação**, 2007. Disponível em: <http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/Historia_da_Educacao_I.pdf>. Acesso em 22/09/2014.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIANA, Heraldo M. **Avaliação Educacional e seus Instrumentos: Novos Paradigmas**. In: Souza, Eda C.B. (org.). Técnicas e instrumentos de avaliação. Curso de Especialização em Avaliação à Distância. V. 1. Universidade de Brasília, 1997.